

POR NOVAS INSTITUIÇÕES, POR UMA NOVA POLÍTICA: O PROTAGONISMO DOS JOVENS NO BRASIL – ENTREVISTA COM CLAUDIA MAYORGA

Ada Otoni Ferreira Fontanella *
Laiza Suelen Barroso Campos **

Estudar a juventude e suas atuações políticas no contexto recente requer do pesquisador considerável persistência e sensibilidade para compreender os variados fenômenos sociais que se apresentam, em escalas cada vez mais sinuosas. Como classificar a ação juvenil no contexto político atual, circunscrita por posicionamentos marcadamente singulares perante a realidade contestada?

Para comentar sobre o assunto, entrevistamos a Professora Claudia Mayorga, que está atualmente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia e ao Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Também coordena o núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conexões e Saberes da UFMG, com destaque para as temáticas da juventude, gênero, feminismo e política.

A presente entrevista foi gentilmente concedida pela professora em abril de 2017, por ocasião do VI Colóquio Nacional Cultura e Poder¹, durante o qual compôs a mesa redonda intitulada: “Juventude e Participação”. Suas reflexões e considerações, apresentadas a seguir, trazem importantes contribuições para pensarmos as juventudes, principalmente a juventude brasileira, no contexto político atual ante o destaque que esse grupo assumiu em eventos como as “Jornadas de Junho” (2013) e o processo de impeachment (2016), ambos evidenciando a atuação e expressão política dos jovens, em grande parte, universitários ou secundaristas. Ademais, a discussão proposta por Mayorga nos insere ânimo ao dizer que acredita estarmos em um processo inédito de revisão de nossas instituições (colonizadoras de nosso pensar e sentir), reconhecendo na juventude o agente descolonizador protagonista dessa marcha. Uma visão “otimista”, como colocado pela professora, na medida em que possibilita não o aniquilamento das frágeis e poderosas instituições do país, mas uma reinvenção de seus *status quo*.

Esperamos que a entrevista contribua não somente com aqueles que se dedicam aos estudos das temáticas mencionadas, mas também com os estudantes e pesquisadores interessados em refletir acerca do próprio fazer pesquisa sobre as dinâmicas sociais e o comportamento dos indivíduos.

Como surgiu seu interesse em pesquisar o mundo dos jovens?

Claudia Mayorga: Essa pergunta é muito interessante, e leva a gente para nossas trajetórias de muito tempo. Fazendo uma retrospectiva, o que identifico primeiro é a minha própria trajetória como jovem, durante a qual, no percurso como estudante, me inseri em alguns ativismos, em alguns movimentos, e esse caminho aconteceu em duas frentes principais. A primeira foi no contexto da escola, que era uma escola Católica, e a partir da qual eu me inseri em um grupo de jovens. Identifico que muito da minha formação política vai se dar nesse contexto de grupos de jovens que, embora estivesse voltado para uma reflexão sobre a religiosidade e sobre os princípios cristãos, era, também, um espaço muito interessante de troca com outros jovens, de socialização e, sobretudo, de compartilhar uma certa vontade de um mundo melhor. Vejo hoje que havia muito esse horizonte nos trabalhos sociais que realizávamos. Mais tarde, fazendo uma análise de minha inserção nesse processo, identifico nesse envolvimento alguns elementos que hoje, nos meus estudos, tenho chamado de “lógicas coloniais” ou “lógicas prescritivas” em relação ao outro. Não é o caso de recusar a experiência da religião ou do grupo de jovens, mas, talvez, de verificar nessa experiência uma certa solidariedade cristã, que deseja levar ao outro alguma coisa, porém, muitas vezes, sem fazer uma autocrítica. A segunda frente que destaco em minha trajetória foi a inserção em grêmio estudantil, a partir da oitava série. Desde que eu me entendo por gente, lembro-me de ser eleita como representante de turma, e eu gostava de participar, gostava de falar, gostava de estar em tudo, cheguei até a ser vice-presidente do grêmio. Nessa ocasião, eu cuidava mais da parte das ações culturais, que foi um espaço muito interessante de socialização para a política. Meus companheiros de grêmio eram quase todos homens – na verdade, éramos duas mulheres –, e todos eram de uma linha política mais de centro direita, enquanto eu estava vinculada a uma perspectiva mais de esquerda. O contexto era de um colégio Católico, de classe média alta, onde já vivia uma certa dissidência naquela experiência, que relaciono hoje com questões de gênero, e questiono: qual o lugar possível para as jovens mulheres dentro de um grêmio estudantil? Muitas vezes é o da área da cultura (como fazer os cartazes etc.), e não necessariamente de discutir questões ou pautas mais centrais, a partir de uma perspectiva de política mais vinculada ao pensamento de esquerda. Já na universidade, não tive uma inserção tão forte no movimento estudantil. Fiz um percurso de muito mergulho em atividade de pesquisa e de extensão, de onde surgiu

também o interesse por esse universo – talvez até por conta da minha experiência anterior de jovem vinculada a ações políticas. Assim, ao buscar por professores/professoras com interesse de fazer algum trabalho com a juventude, em pensar a desigualdade social e o jovem, acabei tendo a oportunidade de me inserir em alguns projetos com famílias e jovens de classes populares. No meu Mestrado, os estudos não foram especificamente voltados para essa temática, mas no Doutorado, emerge uma posição que vai ser muito forte em minha trajetória e que marcam minha produção atual, que é a perspectiva feminista, com o interesse pelos estudos de gênero, articulado às questões de sexualidade, raça, classe. Fiz o Doutorado na Espanha, na Universidade Complutense de Madrid, e, ao retornar, tive a oportunidade de atuar na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG), onde me inseri em atividades de extensão e acabei coordenando um projeto em um grande aglomerado na cidade de Belo Horizonte, numa comunidade chamada Aglomerado da Serra², ligado ao Criança Esperança, projeto financiado pela Unesco, Rede Globo, Prefeitura de Belo Horizonte. Foi um processo muito interessante, porque eu tomei a decisão de realizar uma imersão no contexto daquela favela, desenvolvendo um trabalho em rede, de fortalecimento da juventude e de grupos culturais. Constituímos um grupo de referência dentro do Aglomerado, para discutir questões da adolescência e da juventude, das violações dos direitos, na busca por mecanismos e ferramentas de proteção e de promoção dos direitos de cidadania desses adolescentes e jovens. Buscamos, com essa experiência, uma produção de conhecimento em diálogo com a juventude, a partir de metodologias mais horizontais para a construção em conjunto com os jovens participantes. Assim, diferente de outras trajetórias, que começam pensando questões mais ligadas à sexualidade e ao campo da educação, a minha entrada se dá, com mais força, pelo campo dos direitos e pela experiência da cidadania. Na sequência, com o desenvolvimento de vários outros projetos, foram quase dez anos de trabalho com juventude em Aglomerado da Serra, e sempre focando nessa reflexão: quais são as formas de participação destes jovens, em contexto de favela, que não necessariamente estão vinculados a um grêmio estudantil ou a um partido político, mas que, em grande medida, se envolvem em outras ações em sua comunidade, em grupos culturais ou religiosos? Ali, portanto, já se fazia presente uma visão de que a participação não acontece apenas dentro do contexto institucional, e que existem outras formas e outras dinâmicas juvenis de estar e de interferir na

sociedade, no contexto por onde esses jovens circulam.

Mesmo esse jovem sendo um “excluído”?

Claudia Mayorga: Isso, e talvez até por isso! O fato de não terem acesso a uma série de socializações ou de oportunidades, os jovens ali se organizavam no grupo de Rap, no coletivo de Hip Hop, da dança de rua, do grupo do forró, e também pela inserção nos grupos religiosos. Eu já identificava ali uma juventude indignada, querendo pensar em outras formas de estar no mundo, que não necessariamente pelos caminhos tradicionais de participação. Ainda, a postura desses jovens, muitas vezes, expressava uma recusa do lugar da carência, do jovem favelado, a quem falta cultura, educação, e tentavam afirmar uma perspectiva mais positiva, mais afirmativa da experiência do favelado e da favelada. Isso me instigava muito, porque eu vinha de uma trajetória social e econômica muito distinta da deles, e isso exigia, necessariamente, que eu fizesse o que algumas perspectivas mais qualitativas de pesquisa exigem, um exercício de reflexividade e de questionamento das dinâmicas de poder e dos privilégios de fala que acabamos por reproduzir e que influenciam na relação e no diálogo com os jovens.

A discussão dos conceitos de juventude e identidade pode ser problematizada pela perspectiva do campo político e seus inúmeros significados e interpretações. Neste sentido, de que maneira podemos pensar a relação entre juventude e cidadania no cenário nacional? Estas dinâmicas podem ser constatadas em outros países latino-americanos?

Claudia Mayorga: Vejo que a relação Juventude e Política incomoda muito. Incomoda a sociedade, o *status quo*. Quando o jovem começa a reivindicar, a problematizar as relações sociais e as instituições, a reivindicar reconhecimento da sua própria voz, como uma voz legítima para participar e construir a sociedade, isso tudo incomoda muito. Desse modo, ele rapidamente vira o “jovem problemático”, o jovem irracional, o jovem inadaptado, o rebelde, o revoltado. Há, assim, várias desqualificações dessa experiência juvenil quando esta se associa à política. Pode o jovem falar na nossa sociedade?³ Existem muitas dinâmicas sociais que impedem que esse jovem fale, que se manifeste, porque ou ele é criminalizado ou ele desqualificado. Essa associação juventude e política possibilita alguns deslocamentos, inclusive da própria ideia de juventude. Quando colocamos, por exemplo, a questão da identidade, essa articulação faz com que a gente redefina a

própria noção de juventude, que não vai ser mais o lugar do que “ainda não é”, do que “ainda vai se desenvolver”. Ainda, ao se inserirem nos diferentes contextos, os jovens não apenas reproduzem ou repetem os valores da sociedade, mas agem também de forma propositiva, e podem também querer inventar, contestar. Assim, essa relação é muito interessante, e de fato possibilita o reconhecimento desse jovem como cidadão e sujeito de direitos. Sobre essa questão, vale ainda uma observação importante: nesse exercício de olharmos para o que a sociedade reproduz, de enquadrar o jovem em um conjunto de estereótipos ou de posições limitados, também acontece, muitas vezes, uma invisibilidade de um conjunto de experiências que a juventude vivencia e que acabam não sendo consideradas. Se for pensar nos jovens negros, nos jovens indígenas, nos jovens LGBTs, nos jovens encarcerados, são “juventudes” – e eu não estou falando juventudes no plural simplesmente para falar de uma diversidade, mas muito mais para apontar desigualdades. Então, todo esse controle que se tem sobre a relação entre juventude e política feita pela sociedade, pela família, e que as instituições muitas vezes produzem, vai se dar de formas diferenciadas nesse conjunto de jovens: universitários, das periferias, indígenas e também as jovens feministas, que vão interpelar outro conjunto de valores.

Você acredita que estas dinâmicas podem ser constatadas em outros países da América Latina?

Claudia Mayorga: Creio que um exercício que devemos fazer é comparar mais, não só comparar sistematicamente ou metodologicamente, mas analiticamente. De fato, deveríamos comparar mais a nossa sociedade com as outras sociedades latino-americanas. Muitas destas sociedades têm histórias comuns de colonização, de exploração, ditaduras que também as atravessaram: Chile, Argentina, Uruguai nos dão alguns exemplos, possuindo modelos econômicos e políticos muito semelhantes que foram se impondo nas nossas sociedades e que, também, foram produzindo determinados tipos de subjetividade e, de alguma maneira, tornaram-se oportunidade política para essa juventude se organizar, tensionar e problematizar as lógicas neoliberais. Lógicas coloniais que estão não só nas instituições e nas práticas concretas destas, mas nos valores e também em uma certa “colonização das mentes”. Vejo que essas dinâmicas se repetem, por isso deveríamos nos articular mais – até mesmo no campo acadêmico –, porque acredito que exista um

potencial entre essas diversas juventudes, e o ponto que possibilita tal articulação está muito relacionado com as histórias dessas sociedades, que passaram por processos políticos, econômicos e sociais muito semelhantes. Se fôssemos pensar a questão racial no Brasil e na Argentina, de início poderíamos definir como diferentes, mas possuem muitos pontos de equivalência, como os racismos que vão se reproduzir com as etnias indígenas, as dinâmicas de exclusão e de reprodução de desigualdades que são equivalentes também, ainda que sejam por problemáticas um pouco distintas. Então, tendo a pensar dessa maneira, e vejo que esses aspectos se reproduzem em outros contextos latino-americanos.

Pensando sobre essas juventudes na contemporaneidade e a condição de instabilidade política que se encontra o Brasil, quais aspectos você tem visualizado em suas pesquisas acerca da presença/possibilidade de protagonismo político por parte da juventude?

Claudia Mayorga: Penso que, nos estudos sobre juventude – especialmente nos que tematizam juventude e participação política –, ficamos por muito tempo com o referencial da participação dos jovens na luta contra a ditadura e contra os autoritarismos, tomando este movimento como um paradigma de participação. Depois disso, quando o Brasil começa o processo de redemocratização, alguns estudos vão nomear com muita constância uma certa apatia dos jovens. Ocorre que, nesse período, na nossa sociedade, estávamos com o acirramento de lógicas neoliberais e com a inserção mais intensa da lógica do mercado. Não avalio que a juventude estava parada nesse ínterim. Talvez fosse o que alguns pesquisadores – como Oscar Aguilera⁴, do Chile – defendem: de que ali estavam sendo gestadas algumas posições e reflexões, que depois, mais adiante, vão emergir de forma mais sistematizada. Então, nomeamos esse período como uma certa apatia da juventude, mas, repentinamente, com as Jornadas de Junho, em 2013⁵, temos aquele “boom”: uma Copa do Mundo para acontecer no país, a Copa das Confederações nesse mesmo ano, e, de repente, a juventude começa a verificar essa contradição de tantas desigualdades, tantas coisas ainda por fazer/melhorar para redemocratizar nosso país e para produzir justiça social.

Se pensarmos que tudo “começou” com uma passagem de ônibus... Vimos alguns cartazes dos jovens manifestantes que diziam: “não foi pelos 20 centavos”. Ou seja, a questão é ainda maior.

Claudia Mayorga: Isso mesmo! E problematizando essa questão do passe livre,

falando do aumento da passagem, de repente isso vai ganhando proporções. E por quê? Na minha avaliação – e olhando em especial para o recorte de Belo Horizonte –, vários movimentos sociais da cidade já estavam problematizando as lógicas de impedimento do ir e vir que a cidade reproduz nas suas cisões e segregações sociais entre o jovem da favela e o jovem das zonas mais privilegiadas. Já havia ali uma efervescência e, nesse sentido, o Junho de 2013 foi, na verdade, a gota d'água para que isso ganhasse visibilidade. Tenho defendido muito isso nos meus estudos, em minhas falas e posicionamentos: não acredito que esse Junho começou em 2013, pois esse marco foi, para mim, resultado de um processo que já vinha se desenvolvendo. Para mim, tem uma sociedade brasileira em cheque, em revisão, porque colocaram tudo no centro da discussão: o nosso mito do país cordial, a nossa democracia racial, os assédios naturalizados, o sexismo, o machismo. Isso tudo está relacionado à dimensão política. O político não são apenas aquelas reivindicações no campo do econômico, das estruturas institucionais, e essa juventude está aí para nos mostrar que as hierarquias não são só econômicas e de classe, e que nós nos constituímos como sujeitos políticos na socialização de gênero, na socialização racial, na socialização de classe.

As Jornadas de Junho, em 2013, não fizeram vir à tona uma certa juventude conservadora? Como você compreende esse movimento?

Claudia Mayorga: Podemos entender que essas manifestações protagonizadas pelos jovens possibilitaram a emergência de vozes mais conservadoras, de vozes até declaradamente fascistas, porque também visibilizaram para o público posições mais autoritárias, defendendo o nacionalismo fascista. Assim, algumas leituras vão de fato identificar, nesse período, a emergência de uma juventude mais de direita, conservadora. Acredito nisso também, mas penso que houve igualmente uma mobilização mais tímida de uma juventude trabalhadora (ou do campo) na divulgação de suas pautas, que posteriormente se tornaram públicas. Assim, os vários movimentos contra a Copa do Mundo que se seguiram no país acabaram trazendo as pautas da educação, da saúde, do transporte, entre outros, com muita força. Além disso, na minha avaliação, a exemplo de episódios semelhantes em outros momentos da história, é preciso considerar o quanto o nosso país é constituído a partir de lógicas autoritárias, o quanto que nosso país é constitutivamente racista e se organiza a partir de lógicas coloniais. Nesse sentido, a

presença de vozes que protestam contra as hierarquias e exclusões imediatamente trazem a presença de “anti vozes”, que agem no sentido de silenciar essas manifestações. Outro ponto importante, ainda no tocante às Jornadas de Junho, é que houve um contra movimento para nomear todas essas manifestações de rua como “vandalismo”, criminalizando e demonizando esses jovens que estavam reunidos, reivindicando e problematizando, apontando a grande contradição que foi a realização dessa Copa do Mundo no país – é esse movimento “anti juventude e política” do qual eu falava anteriormente. Em decorrência disso, houve a proposta de uma lei pra criminalizar os protestos e manifestações, uma demonização da ideia dos *Black Blocs*, traduzindo-se em uma leitura superficial do que foi aquele movimento, porque nessas juventudes mobilizadas havia anarquistas contrários às instituições, defensores da ação direta, da intervenção política direta, queimadores de ônibus, de bancos e de instituições privadas, etc., mas também estavam aqueles que defendiam outra forma de fazer política, não necessariamente dizendo como deveria ser/estar a sociedade, mas problematizando toda a situação. Infelizmente, no entanto, a mídia mais uma vez vai trazer a classificação polarizada dos jovens: ou são “vândalos”, ou são “do bem”. Posteriormente, vivenciamos as eleições de 2014, com toda a dicotomização que emergiu e, no ano seguinte, fomos caminhando para o impeachment da Presidente da República, Dilma Rousseff, que eu – não só por uma posição, mas também por uma análise política – nomeio sem dúvida de Golpe. E no ano passado, em 2016, foi a vez do movimento “Fora Temer”, que a juventude vai protagonizar com as ocupações das escolas, especialmente contra a PEC do teto de gastos públicos⁶. E não foi apenas a juventude universitária – que é tradicionalmente vista como sujeito da ação política –, mas também o jovem secundarista: aquele jovem que está falando da merenda, da alimentação, de transporte, da desqualificação de sua experiência em sala de aula, do racismo e da homofobia que vive dentro da escola. O horizonte era a PEC do teto dos gastos e todo o retrocesso que ela poderia causar para a sociedade, mas, no fundo, o que estavam discutindo era a vida cotidiana deles.

E novamente a gente percebe, por parte do governo e por uma parte da mídia, a tentativa de desqualificar esses jovens e suas reivindicações. Resumindo, “eles não sabem o que estão falando”, ou “estão sendo influenciados por professores anarquistas”, entre outras acusações...

Claudia Mayorga: Exatamente, o discurso era de que estavam sendo doutrinados.

Tive oportunidade de conversar com alguns grupos de jovens secundaristas e fiquei impressionada com o nível de politização que demonstraram. O que me chamou atenção foi encontrar justamente o contrário do que a mídia dizia: não era a reprodução de discursos pré-formatados – que às vezes vemos, por exemplo, dentro de movimentos estudantis nas universidades, os quais reproduzem discursos dos partidos políticos, tais como do PT, do PSTU, do PCN. Nesse contexto das ocupações das escolas, o movimento era muito mais no sentido de politizar a vida cotidiana a partir das próprias experiências, e não a partir de um discurso partidário pré-definido. Os jovens estavam falando de suas experiências, da discriminação e exclusão que vivem cotidianamente nas escolas. Foi muito interessante acompanhar esse processo! No entanto, infelizmente, aconteceu novamente o movimento de desqualificação, a fim de não reconhecer que o que os jovens estavam fazendo ali era uma política da vida cotidiana. Na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o processo de ocupação também merece destaque, porque, em geral, as ocupações se voltam para o prédio da Reitoria, e dessa vez aconteceram nas unidades acadêmicas: na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, na Faculdade de Letras, de Educação, Veterinária, Educação Física. Para mim, esse descentramento revela justamente o interesse em problematizar a vida cotidiana, nas suas unidades acadêmicas, nas suas escolas, enfim, onde estão constantemente vivenciando as problemáticas, no intuito de denunciar o professor autoritário, aquele que assedia, que desqualifica, que desconsidera a voz do aluno. Quando observei e dialoguei com essas ocupações e com as experiências desses jovens, um ponto que considero significativo é de que, nesse exercício de fazer a política da vida cotidiana, eles estavam, também, intervindo em si mesmos, uma vez que esses estudantes tinham que, por exemplo, pensar a dinâmica do lixo que produziam naquela ocupação. Foi necessário, ainda, um movimento de autogestão e de autoorganização, com embates, por exemplo, entre aqueles jovens de trajetória popular – que sempre tiveram que se virar na vida – e aqueles de trajetória da classe média, que sempre tiveram alguém para ajudar nas tarefas do dia a dia. Isso tem a ver com uma tensão de classe social e racial muito impressionante: tiveram que lidar com aspectos e diferenças que, no cotidiano da escola, nunca foram pautados, ficando no campo do “não dito”. Assim, as ocupações foram espaço de diálogo constante.

Professora, aproveitando que você mencionou as jornadas de junho (2013) e depois o impeachment (2016), acreditamos que esses dois momentos sejam marcados por algumas diferenças e semelhanças... Gostaríamos de saber se também percebe aproximações e distanciamentos em relação à participação política dos jovens nesses dois processos. Se sim, quais seriam eles?

Claudia Mayorga: Bom, até pela forma que vim relatando até o momento, acredito ter demonstrado que, para mim, são coisas que se relacionam. 2016⁷ aconteceu porque 2013 aconteceu, não numa perspectiva de causa e efeito, e nem de desenvolvimento, mas na medida em que são movimentos que estão muito articulados. Vou dar um exemplo: nas Jornadas de Junho de 2013, em Belo Horizonte, aconteceu a ocupação da Câmara de Vereadores. Os movimentos juvenis ocuparam a Câmara e constituíram o movimento de uma assembleia popular horizontal. Ficaram por lá em ocupação ao longo de um mês, discutindo as questões de autogestão que mencionei anteriormente: quem cozinha, quem arruma, quem limpa, quem pode falar, quais são as pautas. Foi tudo muito negociado, sempre discutido e esse movimento foi caminhando ao longo do tempo. Esfriou, esquentou, esfriou, esquentou, e, em 2016, ganha uma outra cara, com o nome de “Qual a cidade que queremos?”. Esse movimento, que nasce a partir da experiência de assembleia horizontal durante a ocupação da Câmara, ganha um pouco mais de institucionalidade em 2016, e inclusive consegue lançar alguns candidatos ao legislativo municipal de Belo Horizonte. Elege, por exemplo, a Áurea Carolina, que foi a vereadora mais bem votada na história de Belo Horizonte: uma jovem favelada, negra, periférica – como ela vai mesma vai se nomear –, que tenta articular todas essas pautas, inclusive junto à Cida Falabela⁸ – também eleita. Atualmente, estão na Câmara dos Vereadores propondo uma forma diferente de fazer política, marcando reuniões com os movimentos sociais, recebendo-os continuamente na Câmara, buscando pensar um modo de fazer política em diálogo com esses grupos da cidade. Estou tomando esse exemplo para pontuar que, na minha avaliação, esses dois momentos se articulam. Então, o que vivemos em 2016 com as ocupações, toda aquela indignação, pode até ser que sejam outros jovens – sobretudo porque em 2016 os secundaristas vão ganhar um protagonismo –, mas, para mim, há uma forte relação com uma agenda de discussão aberta lá em 2013, que foi ganhando força, ganhando adeptos, ganhando novas caras, até chegar em 2016.

Nas formas de manifestação também, certo? Porque em 2013 percebemos as pessoas nas ruas, e recentemente (2016) observamos um movimento de

ocupação das instituições (escolas e universidades).

Claudia Mayorga: Exato. Não sei se eu estou sendo muito otimista, mas penso que o “Golpe” foi e está sendo institucional, e por isso não se iguala, por exemplo, ao Golpe Militar de 1964. O que chamo de “Golpe” está sendo via instituição e, assim, toda a instituição se coloca em cheque. E é essa instituição que deve ser problematizada, a instituição e as suas dinâmicas, obviamente. Gosto muito da ideia de um “racismo institucional” que o Movimento Negro colocou. Nesse raciocínio, podemos falar do sexismo institucional, do adultocentrismo institucional, poderíamos desdobrar esse conceito de “racismo institucional” em vários outros, porque a instituição reproduz comportamentos nas suas normas, no seu cotidiano. Acredito que a juventude teve a sacada de que ir para rua é importante, mas que o que deve ser problematizado, neste momento, é a instituição, que vem dominando nossas mentes e corações, doutrinando nossas cabeças, colonizando nosso pensamento, fazendo acreditarmos que somos menos, que o neoliberalismo é um caminho irreversível, etc. Talvez eu seja otimista em relação a esse movimento de intervir na instituição, de ocupar a escola, de ocupar a cidade... Com certeza isso já aconteceu com outras caras ao longo da história, mas, da forma como foi em 2016, com essa percepção do jovem de que nossas instituições precisam ser revistas, acredito tratar-se de uma conjuntura social inédita no Brasil. Uma perspectiva de ação política juvenil diferente da anarquista, por exemplo, que possui uma posição mais “anti instituição”. Esse movimento a que me refiro é de revisão, de reinvenção das instituições, e não de aniquilamento. Não tendo a achar que é uma posição contra a universidade ou contra a escola, tendo a pensar que é uma posição em favor de uma outra instituição, de uma outra escola.

As denúncias de corrupção que envolvem praticamente toda a classe política, apresentadas pela televisão e pela internet, estão incutidas nessa “revolta”, porque acaba resvalando nos jovens. Isso acontece porque a questão política tem relação direta com o que desejamos que seja diferente na sociedade?

Claudia Mayorga: Uma coisa que percebo é que tem juventudes e juventudes nessa história. Vejo que há uma juventude para quem a política nunca foi uma preocupação emergencial – e nesse ponto estou falando em diálogo com a juventude da favela. Essa percepção de que estamos no fundo do poço, de que é fundamental se reinventar, isso vem se tornando muito presente na atualidade. Percebo que alguns dos jovens tomam isso com um pouco mais de esperança do

que as pessoas que estão há 30 anos nas lutas, adultas ou mais velhas. Com todas as críticas que a gente possa fazer ao que têm sido as redes sociais, pensem: o que tem representado a Mídia Ninja⁹, ou as mídias alternativas? É uma ação da juventude, que inventa outras formas de ter acesso às informações, e age contra o monopólio de grandes emissoras – as quais reproduzem o discurso único sobre os fatos. Acho isso muito incrível, porque não é uma coisa quadrada, insuportável, que ninguém aguenta mais. Refiro-me ao jeito adultocêntrico de fazer política ou de problematizar as questões sociais, as dificuldades da sociedade. Então, vejo que existe nessas diversas novas formas de fazer política demonstrada pelos jovens uma aposta de que é possível inventar, e talvez consigam isso, por não terem tanta frustração como os mais velhos, que se abateram muito... Acredito, no entanto, que isso tudo ainda está em elaboração, precisamos nos distanciar um pouco para entender o que está sendo realmente esse movimento.

Sobre essas diversas juventudes e pensando na juventude universitária, gostaríamos de saber como a professora compreende o papel da universidade na formação política desses jovens?

Claudia Mayorga: Nos últimos anos, tenho trabalhado no núcleo Conexões de Saberes¹⁰ com uma perspectiva de ação afirmativa, de modo que há 10 anos tenho jovens, negros e negras, de trajetórias populares, que ingressam na universidade, sendo que muitos deles são os primeiros das suas famílias a chegarem à universidade. Nesse ponto, há dois aspectos que tenho observado: um deles refere-se ao fato de que, às vezes, esses estudantes jovens acabam idealizando a universidade e, ao vivenciarem a vida universitária, acabam se decepcionando, porque não é bem como pensaram. Outro aspecto é que, muitas vezes, esses jovens não têm um compromisso com a tradição da universidade, com as hierarquias já estabelecidas, e acabam provocando embates. Esse lugar de não compartilhar da tradição estando na instituição e, de alguma maneira, sendo convocado a reproduzir essa tradição, tem causado tensões muito interessantes, e acredito que elas têm contribuído para a politização do espaço da Universidade. Vejo que as ações afirmativas da universidade se politizaram mais, trouxeram um potencial de politizar, porque trazem para a universidade os sujeitos que até então estavam excluídos, e acabam provocando e promovendo novas posturas, tanto no que tange aos estudantes quanto aos docentes. Assim, percebo que a Universidade se transformou em uma arena política muito interessante, muito rica, e creio que os

sujeitos jovens têm aproveitado muito dessa experiência para se formar, se fortalecer, desenvolver esse processo criativo, e fico impressionada com as coisas que tenho visto. No núcleo Conexões de Saberes temos vários relatos de jovens que passaram por ali e relatam acerca de suas aprendizagens e de compreensão das lógicas da sociedade, do processo de autoaceitação e reconhecimento, de efetiva produção (e não apenas reprodução) de conhecimento. Isso tudo tem tornado muito frutífero o trabalho que temos feito!

NOTAS

* Ada Otoni Ferreira Fontanella é graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal fluminense (UFF) e mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Campus de Campo Mourão. E-mail: adinhaferreira@yahoo.com.br

** Laiza Suelen Barroso Campos é graduanda em História pela Universidade Estadual do Paraná – Unespar/Campus de Campo Mourão e aluna do Programa de Iniciação Científica, com Bolsa pelo CNPq, pela mesma universidade. E-mail: laizacamposhistoria@outlook.com

¹ O VI Colóquio Nacional *Cultura e Poder* é um evento organizado pelo Grupo de Pesquisa Cultura e Relações de Poder da Universidade Estadual do Paraná Unespar/Câmpus de Campo Mourão. Em sua sexta edição, buscou dar continuidade às discussões que têm como eixo central Cultura e Poder, divulgando e incentivando o trabalho de pesquisa nas diferentes áreas do conhecimento. Aproveitamos o ensejo para agradecer à organização do evento, que nos proporcionou o contato e o espaço para a entrevista, e, especialmente, à gentileza da professora Claudia Mayorga em nos concedê-la.

² Localizado no município de Belo Horizonte e com uma população de mais de 46 mil habitantes, Aglomerado da Serra é o maior conjunto de favelas do estado de Minas Gerais.

³ Nesse ponto a professora dialoga com uma das obras de Spivak: “Pode o subalterno falar?”. Cf. SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

⁴ Acadêmico da Universidad Católica del Maule (Chile) e doutor em Antropologia pela Universidad Autónoma de Barcelona, Oscar Aguilera pesquisa sobre movimentos juvenis no Chile. Atualmente é membro do grupo de trabalho do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (Clacso), Juventud y Tácticas Políticas en América Latina.

⁵ As “Jornadas de Junho no Brasil” (2013) foram o resultado de uma sequência de manifestações, transformadas em uma revolta urbana de proporções inusitadas, devido à forte insatisfação da população com a precarização das condições de vida. Os protestos começaram em São Paulo e generalizaram-se por todo o Brasil, em uma resposta da população aos desmandos e arbitrariedades dos governantes. Uma das decisões que repercutiu negativamente e aumentou o clima de revolta foi o aumento das passagens de ônibus em diversos estados do país.

⁶ A referida Proposta de Emenda à Constituição (PEC 241-55) foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal no ano de 2016, com o objetivo de limitar os gastos públicos com os serviços mais onerosos para o governo, como saúde, segurança e educação, por um período de 20 anos.

⁷ Os últimos meses do ano de 2016 foram marcados por intensas manifestações populares que pediam o impeachment da presidente do Brasil, Dilma Rousseff e, também, a continua-

ção das investigações e condenação dos políticos citados no âmbito da Operação Lava Jato, da Polícia Federal. Além disso, houve greves nas redes de ensino estadual e federal pelo país, com ocupações de diversas universidades, realizadas, majoritariamente, pelos jovens universitários.

⁸ Cida Falabela é vereadora eleita pelo PSOL-MG, na cidade de Belo Horizonte, no ano de 2016.

⁹ Mídia Ninja é um grupo de atuação política que se apresenta como uma alternativa a imprensa tradicional, utilizando as mídias sociais como principal meio de comunicação. As manifestações de junho de 2013, por exemplo, evidenciaram a presença desse grupo de jovens nas ruas fazendo uso dos smartphones para divulgar, ao vivo, os protestos e confrontos com a polícia. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,media-ninja-e-o-futuro-desfocado-imp-,1064592>>. Acesso em: 08 jun. 2017.

¹⁰ O referido núcleo de pesquisa, fundado em 2012, tem por objetivo desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão que possibilitem refletir sobre os caminhos da desigualdade social no Brasil e seus desafios, em articulação com as questões de gênero, raça, geração, dentre outras. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/conectandosaberessufmg/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 13 jul. 2017.

Recebido em: abril de 2017.

Aprovado em: maio de 2017.